

XII-139 - A EFETIVAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Renato Ribeiro Siman⁽¹⁾

Engenheiro Químico (UFRRJ), Mestre e Doutor em Engenharia Sanitária (EESC/USP). Professor Adjunto do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Espírito Santo (DEA/UFES).

Maria Helena Elpídio Abreu

Assistente Social (UFES), Mestre em Educação (UFES), doutoranda em Serviço Social (UERJ). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UFES.

Juliane Barbosa

Assistente Social (UFES). Mestranda em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (UFES). Consultora do Laboratório de Gestão Sustentável (LAGESA).

Juliana Carneiro Botelho

Assistente Social (UFES). Mestranda em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (UFES). Consultora do Laboratório de Gestão Sustentável (LAGESA).

RESUMO

O trabalho trata da análise e avaliação do processo de Mobilização Social como estratégia de fortalecimento da participação social na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Venda Nova do Imigrante-ES. A mobilização social se apresenta como requisito legal na lei 11.445/2007, no que se refere à democratização e a universalização da política de saneamento, consonante com o preconizado no Estatuto das Cidades. A experiência aponta ainda, caminhos e avanços no trabalho interdisciplinar e coletivo, por articular diferentes sujeitos que compõem o cenário e produzem coletivamente a dinâmica das cidades na sua produção do espaço. Buscou-se a partir desta sistematização, averiguar a eficiência, os desafios e os limites das estratégias adotadas no Plano de Mobilização Social no contexto do município em questão, considerando particularidades socioeconômicas, políticas e culturais que incidem sobre o processo. Os resultados obtidos contribuem para apurar os elementos possíveis para a construção de Indicadores Sociais que potencializem a participação social na elaboração dos Planos de Saneamento Básico no contexto atual.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de Saneamento Básico, Mobilização Social, Participação Social, Construção de Indicadores.

INTRODUÇÃO

A Lei nº11.445/2007 estabelece o controle social como um de seus princípios fundamentais e o define como um “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de Saneamento Básico (BRASIL, 2001, s/n).”

Tendo em vista o cumprimento desses princípios e das orientações jurídico-normativas previstas na Constituição Federal, procurou-se com o desenvolvimento da metodologia de Leitura Comunitária, assegurar a lógica da descentralização e do fortalecimento do município como ente da federação, buscando por meio deste instrumento, o aprofundamento de experiências democráticas no planejamento e gestão municipal. Esta Leitura Comunitária consiste em envolver a população e segmentos sociais no processo de elaboração dos planos de saneamento.

Deste modo, parte-se do pressuposto de que o saneamento básico é parte do planejamento territorial adequado, e por isso devem ser estruturado de modo a cumprir a essência do Estatuto da Cidade: propondo o direito à cidade para todos, com o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana. Conforme nos coloca o Ministério das Cidades, o Planejamento Territorial é um instrumento e uma prática que pode

¹ **Endereço:** Departamento de Engenharia Ambiental – CT/UFES. Av. Fernando Ferrari, 514. Campus Goiabeiras, Vitória/ES - Brasil. CEP: 29075-910. - Tel: (27) 40092168 - e-mail: renato.siman@ufes.br.

converter a cidade em benefício de todos: democratizando as oportunidades, garantindo condições satisfatórias para o financiamento do desenvolvimento municipal, democratizando as condições para a utilização dos recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável. (BRASIL, 2005). Esta é a base para construir a garantia e a busca da universalização do saneamento básico nas cidades brasileiras, o que o torna demasiadamente desafiador no contexto de esvaziamento das instâncias de participação social direta, diante do contexto de neoliberalização das políticas e a forte tendência da mercantilização dos serviços que compõem a estrutura urbana.

Assim, a Associação dos Municípios do Espírito Santo (AMUNES) e o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (PPGES) da Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental (LAGESA), ao cumprir suas funções de ensino, pesquisa e extensão, estabelecer convênio no início do ano de 2014 para elaboração dos Planos de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do Espírito Santo. Entre eles destaca-se o município de Venda Nova de Imigrante, município escolhido como estudo de caso neste artigo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O processo adotado pautou-se na apurada sistematização das etapas e estratégias desenvolvidas no município para a efetividade e o fortalecimento da participação dos diversos segmentos e atores sociais na elaboração da PMSB, o que reforça também, seu caráter integrado e interdisciplinar.

A mobilização social aponta como horizonte temporal, o ano de 2014. Teve como início do processo, a definição de um Grupo de Trabalho e Acompanhamento, formado por gestores municipais, representantes da concessionária de serviços de água e esgoto, FUNASA e representantes de 08 segmentos da sociedade civil organizada (incluído associação de bairros e distritos), de maneira conjunta com a Equipe de Mobilização Social do LAGESA, foram definidas as estratégias e diretrizes para a elaboração participativa do PMSB.

O Plano de Mobilização aprovado e em fase avançada de execução, conta com 04 (quatro) etapas de participação direta, a saber: Capacitação do GT ampliado; Reunião para elaboração do diagnóstico participativo, aprovação das proposições no GT ampliado e Audiência Pública de aprovação do PMSB. Além de canais como o Portal do LAGESA, com informações e documentos produzidos no processo.

Outro aspecto relevante da metodologia, diz respeito à interdisciplinaridade e estratégia adotada para a Leitura Comunitária, realizada na fase de elaboração conjunta do diagnóstico técnico-participativo com a comunidade, onde tratou-se de aspectos formativos e informações sobre os 04 eixos do plano, bem como a relevância da democratização deste processo para a garantia do Direito à Cidade (nos termos de Henri Lefebvre). Os mapas temáticos subsidiaram amplamente o diagnóstico dos eixos do plano (Abastecimento de água, tratamento de esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos).

Com base na avaliação técnica das reuniões na comunidade, um conjunto de elementos foram sistematizados, no sentido de observar as variáveis e condicionantes locais e estruturais da sociedade que influenciam diretamente no envolvimento e participação social dos sujeitos nestes processos. Articulados claramente ao processo de ocupação e crescimento da ocupação urbana e as particularidades e limites da política de saneamento para áreas rurais do município.

Já neste momento, as proposições foram apontadas pelos munícipes, ao final das discussões dos Eixos do Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos as pessoas foram instigadas a estabelecer ações prioritárias para elaboração e execução do PMSB.

Os resultados do processo de Mobilização Social do Município podem evidenciar algumas variáveis que apontam para a construção de Indicadores Sociais de Participação Social. À saber alguns resultados da Reunião de Mobilização Social para elaboração do PMSB de Venda Nova seguem:

RESULTADOS OBTIDOS NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA ELABORAÇÃO DO PMSB

A reunião no município de Venda Nova do Imigrante contou com uma participação bastante efetiva de 61 pessoas, entre elas Agentes de Saúde; representantes da Defesa Civil; Sec. de Meio Ambiente; Sec. de Educação, e, Lideranças Comunitárias;

A participação efetiva explicitou os conflitos e contradições presentes nas posições em relação aos rumos do crescimento do município. O processo ocorreu dada a diversidade e representatividade de grupos e sujeitos que participam da dinâmica política, econômica e cultural da Cidade e se colocaram à disposição para discutir de forma democrática o PMSB, o que deve ser considerado, fato positivo.

O grande número de intervenções possibilitou uma sistematização bastante detalhada das questões do município, seus desafios e problemas a serem enfrentados, para além de implicações diretas e soluções passíveis ao PMSB. Entretanto, procurou-se considerar todas as observações, tendo em vista, a necessidade de compreender e mapear a cidade como um todo.

A divulgação da reunião se deu pela distribuição de 60 cartazes, 500 flyers e 200 convites, que foram distribuídos entre sujeitos estratégicos da população de Venda Nova do Imigrante. Previamente ao processo de mobilização da população o Grupo de Trabalho do município disponibilizou uma relação de entidades e associações que atuam no território do município. Esse mapeamento pode ser visualizado na Figura 1.

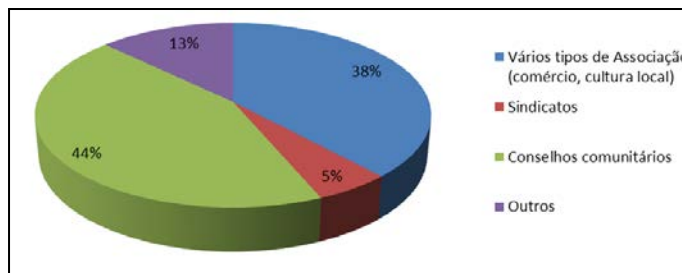


Figura 1. Entidades e associações atuantes no município de Venda Nova do Imigrante.

Após a execução da reunião, foi possível analisar a abrangência dos representantes de cada localidade do município de Venda Nova do Imigrante presentes em reunião, utilizando para tanto a lista de presenças. A Figura 2 apresenta essa representação por região do território.

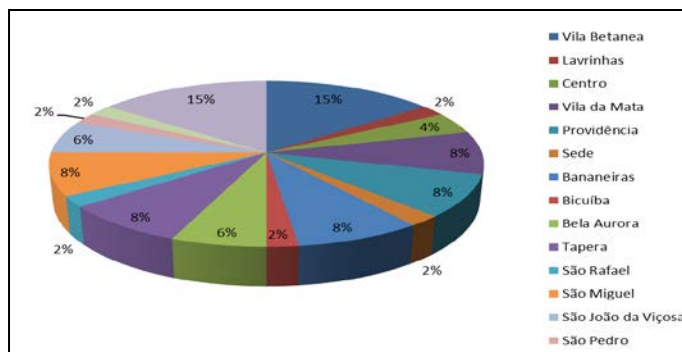


Figura 2: Gráfico de representações por região e território do município de Venda Nova do Imigrante.

Essas figuras possibilitam a visualização da abrangência do território do município, o que acarreta em uma participação contemplativa da totalidade da região trabalhada. À Figura 3 apresenta a representatividade dos setores presentes em reunião

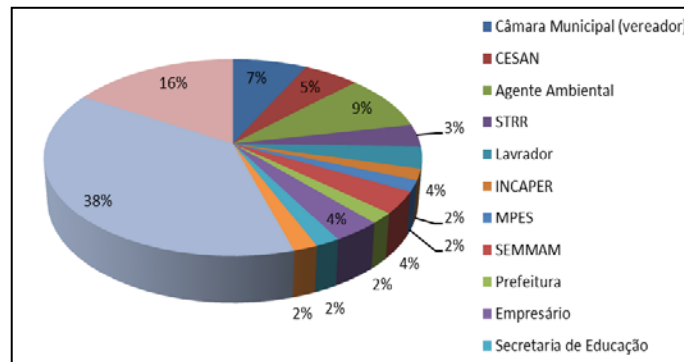


Figura 3 Representações presentes em reunião de mobilização de Venda Nova do Imigrante

Ao cruzar as análises dessas figuras, pode-se perceber o esvaziamento em reunião das associações e entidades declaradamente atuantes no território. Esse resultado, porém, não culminou no esvaziamento de sujeitos políticos na reunião, o que possibilitou uma vasta discussão que definiu como prioridades para o Saneamento Básico.

No que se refere ao eixo Abastecimento de Água definiu-se como prioritário providenciar fornecimento de água qualificado de maneira universal no município; Intensificar o controle da qualidade da água fornecida pela concessionária de tratamento e abastecimento de água; Também apontaram para a Construção de políticas públicas e projetos de incentivos de construção de fossas sépticas no interior. Através da escuta apurada das demandas da população foi possível perceber em relação ao Esgotamento Sanitário a urgência da implementação do Tratamento de Esgoto no município; A ampliação da captação e tratamento efetivo do mesmo. Nesse sentido ressaltaram a importância de se priorizar a preservação das áreas dos mananciais, bem como as fontes de captação que hoje estão comprometidas.

Sobre a drenagem apontaram como demanda urgente a necessidade de redimensionar todo o sistema do município, visando diminuir os impactos dos alagamentos. Já sobre os Resíduos Sólidos a população presente apresentou como demanda a implementação de estrutura para a Associação de Catadores; A ampliação da Coleta Seletiva em toda a cidade, e, Investimento na Educação Ambiental como forma de subsidiar a construção, desde a tenra idade, da nova sociabilidade pautada nos princípios de sustentabilidade para com o meio ambiente.

Esses resultados apresentados no processo de Mobilização Social do Município de Venda Nova, bem como o processo, apresentam pistas de construção de Indicadores de Participação Social, à ser desenvolvida em dissertação de mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável da UFES e que possibilitará os avanços sociais e de participação social na elaboração e execução do políticas públicas de Saneamento Básico, pautados no controle social e participação.

CONCLUSÕES

Através do registro em relatório faz-se possível analisar os resultados obtidos em torno dos parâmetros técnicos e sociais em torno da elaboração do PMSB. Foi possível auferir os resultados qualitativos no que se refere à representatividade e participação social qualificada da Reunião que instigaram as possibilidades de buscar evidenciar uma matriz ou conjunto de Indicadores de participação social nos PMSB.

A sistematização resultante desse processo de Mobilização Social possibilitou análises sobre a representatividade nas reuniões, pôde-se perceber que segundo a avaliação do público o processo foi exitoso. Nesse sentido, observou-se no que tange ao esclarecimento dos presentes quanto ao conteúdo e proposta da reunião, a importância da discussão do saneamento básico, a possibilidade de contribuição para o planejamento do futuro do município e quanto à aquisição de novos conhecimentos as respostas foram positivas.

As expressões e observações escritas trouxeram à tona a necessidade de maior mobilização para a divulgação desses eventos e a necessidade de alcançar-se outros segmentos e comunidades para participar e contribuir com o processo de elaboração do Plano de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Por parte a equipe técnica, foi possível constatar a necessidade em se investir na mobilização dos segmentos sociais externos ao poder público, para evitar análises unilateralizadas e balizadas por questões técnicas e políticas que podem direcionar as avaliações para critérios alheios e contrapostos aos interesses diversos do município. Para superar a centralização de membros da prefeitura, indicou-se à comissão a realização de trabalhos de divulgação e discussão do PMSB com conselhos, PSF e demais associações antecedendo a Audiência Pública de consolidação do Plano.

Como resultado, apresenta caminhos para a elaboração de variáveis e determinantes que podem contribuir para a elaboração de indicadores de fortalecimento da mobilização e participação social na elaboração e acompanhamento desta política no âmbito dos municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de julho de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
2. BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.
3. GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Vol.I e II Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.
4. FUNASA – Fundação Nacional da Saúde. **Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**. 2012.
5. TRASPADINE, Roberta. **A educação política**. Enecop: 2009. Disponível em <http://listas.enec.org.br/pipermail/enec-attachments/20090810/697a7184/attachment-0001.htm>. Capturado em 20/01/2012